



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ ARAÚJO ALMEIDA

Presidente, pela ordem lhe peço a palavra para apresentar uma **EMENDA SUPRESSIVA, À PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO A LEI ORGÂNICA SOB Nº 001/2022**

(Do Poder Legislativo)

Que tem como Autores os Vereadores:

Antônio da Bamerindus

Junior do Gravatá

Cristiley Fernandes

Dr. Jackson Vieira

Haroldinho da 17 de Abril

Leno da Peruana

Josemir Lima

Maiza do Adãozão

Paulinha da Saúde

Vaniele Barbosa

E eu: Zé Almeida

Caríssimos colegas, inicialmente esclareço que, não existe aqui necessidade de relatar a tramitação da proposição, uma vez que na Sessão Ordinária ocorrida no dia 22 de agosto 2022 foram lidos e votados os pareceres das Comissões Temáticas desta Casa de Leis, sendo naquela ocasião aprovados, e nestes tem-se o relato completo desde a criação da Comissão Especial até a data do voto de cada Comissão.

Peço a palavra para trazer uma correção necessária ao **Projeto de Emendas de Revisão**, que só agora relendo nossa atualização geral à Lei Orgânica, percebi o equívoco.

Primeiramente cumpre esclarecer que, essa correção que faço, tem fundamentação legal no Regimento desta Casa de Leis, nos artigos 101 e 102, cito:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ ARAÚJO ALMEIDA

Art. 101. Emenda é a correção apresentada a um dispositivo de projeto de Lei ou de Resolução.

Art. 102. As emendas podem ser supressivas, substitutiva, aditivas e modificativas.

O que estou propondo, são duas emendas, uma na modalidade supressiva, outra na modalidade aditiva, e também na modalidade modificativa. A explicação destas vem no citado artigo 102 do Regimento Interno, exatamente nos parágrafos 1º, 3º e 4º, cito-os:

§ 1º Emenda supressiva é a que manda suprimir, em parte ou ao todo, o Artigo do Projeto.

[...]

§ 3º Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos do Artigo.

§ 4º Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação Artigo, sem alterar a sua substância.

Assim, conforme deixa claro o § 1º do artigo 102 do Regimento Interno, a Emenda Supressiva é a que suprime qualquer parte de outra proposição, podendo recair sobre dispositivo, expressão ou palavra do texto. Para ficar claro, ainda digo que, as Emendas Supressivas sempre têm a pretensão de excluir ou retirar parte de outra proposição.

E é nesta linha que vos leio a minha 1º intenção!

Como Membro da Comissão Especial de Revisão da Lei Orgânica, explico que durante os 10 meses, trabalhamos arduamente buscando a melhor forma de normatizar os anseios da sociedade Eldoradense, bem como de instrumentalizar as melhores formas de gestão. Assim apresento-lhes a minhas emendas:

1ª Emenda Supressiva: exclusão dos Parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 6.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ ARAÚJO ALMEIDA

Quando iniciamos os trabalhos, incluímos os Parágrafos 1º, 2º e 3º no artigo 6º, pois tentariamos efetivar a ideia dos parlamentares do ano de 2009, quando inovaram com a criação do **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PRODER**, porém adaptamos para o nome de **Plano Decenal de Apoio às Atividades Produtivas do Município – PDAAP**, e assim criamos os Parágrafos 1º, 2º e 3º no artigo 6º.

Contudo, ao passo que íamos desenvolvendo os trabalhos, concluímos que o PDAAP ou o PRODER, não tinha lugar para serem inseridos na Lei Orgânica, pois seria uma norma sem eficácia. Assim, nos últimos artigos que havíamos discutido sobre o PDAAP, entendemos em excluí-los. Porém, percebi na reeleitura que esquecemos de excluir também os Parágrafos 1º, 2º e 3º no artigo 6º.

Ressalto também que a revogação do PRODER se motivou pela forma que foi imposta em nossa Lei Orgânica, praticamente seria ônus apenas para o município, qual deveria ceder lugar, equipamentos, prédio e além de ser responsável por quase toda logística e negócio.

De toda sorte, resta evidente que, não estamos impedindo o cooperativismo em nossa Municipalidade, mas sim corrigindo equívocos em nossa legislação!

Por este motivo, sugiro aqui a Emenda Supressiva nos Parágrafos 2º e 3º no artigo 6º. Cito-os:

§ 2º O estimativo populacional da Colônia Agrícola, para a elevação da categoria de Vila Rural, assim como, da Vila Rural para a categoria de Distrito, compatibilizadas com a implantação da política de apoio às Bases Produtivas do Município, executada através do Plano Decenal de Apoio às Atividades Produtivas do Município – PDAAP, conforme definido no art. 125 desta Lei Orgânica.

§ 3º Para efeito dos cálculos dos beneficiários das políticas de



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDERADO DO CARAJÁS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ ARAÚJO ALMEIDA

apoio às bases produtivas do município, conforme dispostos no art. 125 desta Lei Orgânica, fica estimado a população da área beneficiada, em 03 (três) habitantes por cada Unidade Consumidora ativa, conforme o registro da Concessionária de energia elétrica atuante na área beneficiada pelos Projetos Produtivos contemplados pelo Governo Municipal.

Neste passo, por não mais existir o PDAAP ou o PRODER, sugiro e peço aos Nobres colegas que me acompanhem nesta supressão! Excluindo assim os Parágrafos 2º e 3º do artigo 6º.

Quanto ao § 1º do artigo 6º, a sua supressão será para evitar a redundância, uma vez que já é previsto no art. 20, inciso I. Vejamos o Parágrafo a ser suprimido:

§ 1º As Comunidades Rurais do Município, inicialmente denominados Colônias Agrícolas, são elevadas à categoria de Vila Rural, através de Decreto do Executivo, desde que, conte com uma população superior a 500 (quinhentos habitantes), devidamente integrados a política de desenvolvimento produtivo rural sustentável e social do Município com responsabilidade ambiental.

Neste passo, o § 1º do Projeto, volta a ser o Parágrafo único, qual deve-se realizar a revogação, pelos fundamentos já expostos. Ou seja, não vamos renumerá-lo de “Parágrafo único” para § 1º, vamos deixá-lo como “Parágrafo único” e vamos revogá-lo.

No mesmo caminho devemos percorrer ao analisar a nova redação dada ao inciso XLVII (inciso 47), do artigo 24, pois a nova redação deu lugar ao PDAAP, o que foi apenas uma ideia, e como já restou claro, mudamos o plano. Assim deve o inciso voltar a sua redação original. Voltando a ser, voltando a ser:

Art. 24 [...]

XLVII – Através de programas, implantar e desenvolver



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ ARAÚJO ALMEIDA

políticas de incentivo e apoio na organização do desenvolvimento econômico do Município, especificamente, nas áreas produtivas agrícola familiar e ceramistas.

Por fim, como conhecedor de nosso Regimento Interno, pois estou neste parlamento há 7 mandatos, e por vezes ocupei a Presidência ou a Relatoria das Comissões, além é claro de ocupar o nobre cargo de Gestor deste Órgão Público, quando diligenciei com maestria, conforme meus colegas ocupantes de outros mandatos testemunharam, eu não poderia me furtar desta obrigação. Assim, por conhecer o direito regimental desta Câmara Municipal, esclareço que, não apenas as comissões podem apresentar emendas, mas também qualquer parlamentar, mesmo o Projeto já estando na Segunda Discussão, ou 2º Turno, conforme preferirem chamar.

Replico aqui o texto normativo de nosso Regimento Interno, vejamos:

Art. 143. Na segunda discussão, debater-se-á o Projeto globalmente.

§ 1º Nesta fase de discussão é permitida a apresentação de emendas, não podendo ser apresentado substitutivo.

Logo as Emendas apresentadas por mim, são supressivas e não substitutivas, logo perfeitamente cabível, legal e tempestivas!

Em face do exposto, apresento-lhes as Emendas Supressivas, e peço-lhes meus caros Edis, a aprovação destas, para que, nossa “novíssima” Lei Orgânica tenha menos falhas que outrora.

Eldorado do Carajás – PA, 06 de setembro de 2022.


JOSÉ ALMEIDA ARAÚJO – PSB

Vereador